CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS

ATA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DOS DIREITOS HUMANOS – REALIZADAS NOS DIAS 17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2016

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2016, na sala de Reuniões Plenárias, localizada no 10º andar, do Ed. Parque Cidade Corporate, Quadra 09, Lote C, Torre A, em Brasília-DF, foi realizada a 22ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Direitos Humanos – CNDH, com os seguintes pontos de pauta: Aprovação das atas das 20ª e 21ª Reuniões Ordinárias, Informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública sobre o sistema socioeducativo do Ceará, Informe sobre a participação do CNDH no Encontro dos/as Atingidos/as pelo Crime Socioambiental da Samarco, promovido pelo MAB em Mariana – MG, Informe da participação do CNDH na Audiência Pública da Câmara dos Deputados sobre Criminalização dos Movimentos Sociais, Informe sobre a participação do CNDH na Assembleia Extraordinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Relatos das atividades da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade e da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, dos Povos e Comunidades Tradicionais, de Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais envolvidos em Conflitos Fundiários, Apresentação do resultado da eleição de organizações da sociedade civil de abrangência nacional com relevantes atividades relacionadas à defesa dos direitos humanos para compor o CNDH no biênio 2016-2018, Relato e encaminhamentos da Audiência do CNDH com a Presidência do INCRA, Referendum do Plenário sobre a manifestação e acompanhamento do Caso MST – Operação Castra, Apresentação do relatório de visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura pelo Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT ao Estado do Mato Grosso do Sul, Manifestação e acompanhamento do CNDH no caso da morte de cinco jovens desaparecidos em Moji das Cruzes no Estado de São Paulo, Aprovação de Medidas Urgentes propostas pelo Grupo de Trabalho sobre as Populações Afetadas pelo Rompimento das Barragens da Mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce-MG, Aprovação do relatório do Grupo de Trabalho sobre Violações de Direitos da População em Situação de Rua no Estado de São Paulo, Apresentação sobre o Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos para a População em Situação de Rua – Encaminhamentos da Comissão Permanente da População dos Direitos da População em Situação de Rua, Caso do sistema socioeducativo do Estado de Pernambuco, manifestação, acompanhamento do CNDH da 2ª fase da Operação Sexto Mandamento – medidas urgentes, e Requerimento de urgência sobre o caso do Baixo Iguaçu no Estado do Paraná.

Estiveram presentes na reunião as conselheiras e os conselheiros: Ivana Farina Navarrete Pena (Presidente do CNDH e representante do Conselho Nacional dos Procuradores Gerias – CNPG); Sílvio Albuquerque (Secretário Adjunto da Secretaria Especial de Direitos Humanos); Frederico Coutinho (Secretaria Especial de Direitos Humanos); Francisco Nóbrega (Defensoria Pública da União – DPU); Darci Frigo (Plataforma Dhesca Brasil); João Akira Omoto (Procuradoria Geral da República - Suplente); Carlos Magno (Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros - ABGLT); Julian Vicente Rodrigues (Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH); Cristian Ribas (Coletivo ENEGRECER); Everaldo Bezerra Patriota (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB); Leonildo José Monteiro Filho (Movimento Nacional da População de Rua – MNPR); Maria Madalena Nobre (Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down-FBASD); Adelar Cupsinski (Centro Indigenista Missionário – CIMI); Pedro Saldanha (Ministério das Relações Exteriores – MRE); Melina Bordone de Siqueira (Ministério da Justiça e Cidadania, suplente); Flávia Piovesan (Vice-Presidente do CNDH, Secretária Especial da Secretaria Especial dos Direitos Humanos); Clarice Oliveira (Ministério da Justiça e Cidadania - MJC); Vera

Paiva (Conselho Nacional de Psicologia –CNP); Silvana Abramo (Entidade de Magistrado – CNJ); Helena Martins (Intervozes); Diana Calazans Mann (Polícia Federal). A reunião teve também a presença dos representantes da Secretaria Executiva do CNDH: Renata Studart (Coordenadora-Geral do CNDH); Cristiane de Castro da Cruz (assessora do CNDH) e dos participantes: Nadja Furtado Bortolotti (Cento de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA) Luz Arinda (Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate a Tortura – MNPCT), Catarina Pedroso (MNPCT), Rafael Barreto (MNPCT), Carlos Ricardo (Coordenação Geral dos Direitos da População em Situação de Rua, do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para pessoa em Situação de Rua do Paraná – CIAMP).

A presidente do CNDH fez a abertura da reunião, destacando que essa reunião ordinária dá-se após as eleições da sociedade civil, que ocorreu no Encontro Nacional realizado no dia 10 de novembro, com 34 entidades inscritas e algumas delas votantes, e a comissão eleitoral foi escolhida pelo Conselho e não teve nenhum recurso interposto no resultado final. Também registrou que algumas entidades que integravam o Conselho no primeiro mandato foram reconduzidas como titulares. Em seguida houve a aprovação das atas da 20ª e da 21ª Reuniões Ordinárias após retificações e correções ortográficas. Quanto ao item de pauta sobre o Informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública sobre Sistema Socioeducativo do Ceará, em Fortaleza-CE, a presidente adiou para o final da manhã devido à ausência da Conselheira Helena Martins, contudo, o informe e encaminhamentos foram feitos posteriormente pela Sra. Nadja Furtado Bortolotti, representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA do Ceará. A respeito do outro item de pauta sobre o Informe sobre a participação do CNDH no Encontro dos/as Atingidos pelo crime socioambiental da Samarco, promovido pelo MAB, em Mariana-MG, a Conselheira Dirlene Marques, que representou o Conselho no referido encontro, não pode estar presente, mas enviou via e-mail informando que todos os encaminhamentos das discussões do evento estarão comtemplados no Relatório Rio Doce. Ainda neste ponto, acordou-se que na próxima Reunião Ordinária, do dia 8 de dezembro de 2016, será um item de pauta o informe do Sr. Leandro, relator do caso do crime socioambiental de Mariana – MG. No que se refere ao item de pauta sobre o Informe sobre a participação do CNDH na Audiência Pública do Ministério Público Federal - MPF na cidade de Altamira - PA, o Conselheiro Francisco Nóbrega da Defensoria Pública da União, no encargo de representante do Conselho na referida audiência, realizou o informe. O Conselheiro Francisco relatou que a Audiência promovida pela MPF reuniu mais de 20 especialistas de várias áreas para constatar os problemas da retirada da população ribeirinha das margens do rio e das ilhas fluviais. Nela foi constatado que a empresa Norte Energia, em seu processo de identificação de atingidos, não respeitou as famílias ribeirinhas e sua devolução às margens do rio, pois o processo de identificação dessa população foi realizado de forma arbitrária por parte da empresa. O Conselho denunciou essa situação e cobrou providências e o IBAMA solicitou que a Norte Energia refizesse todo o processo, mas se percebeu mesmo assim que a metodologia de reconhecimento não estava atendendo a população ribeirinha. Os especialistas sugeriram umas soluções possíveis para fomentar a criação de um grupo para estudar a comunidade, o chamado Comitê Ribeirinho, que defende a autodeclaração da identidade ribeirinha. O Conselheiro Francisco parabenizou a iniciativa do comitê e apresentou as recomendações do CNDH aos presentes na audiência. Além disso, ele destacou ao Conselho, informações do Secretário do Meio Ambiente de Altamira – PA sobre a notificação a empresa Belo Sun para que cesse a distribuição de folhetos para o reassentamento das famílias mesmo que não estivesse autorizado e o envio para o Conselho de uma cópia do relatório da equipe técnica enviado ao bairro do Jardim Independente I que averiguou o caso. Também destacou o comprometimento do IBAMA em dois aspectos: retomar o cadastramento dos moradores do bairro pela Norte Energia e fomentar a criação de um grupo técnico com peritos para

produzir uma prova positiva dos impactos diretos à população e ao lago. Como forma de complementação das informações trazidas pelo Conselheiro Francisco Nóbrega, o Conselheiro Darci Frigo solicitou a apresentação de um informe da Reunião com o IBAMA ocorrida em Brasília – DF no dia 16 de novembro de 2016. O Conselheiro Frigo informou que a reunião ocorreu para esclarecer questionamentos sobre as licenças das condicionantes de Belo Monte. O conselheiro João Akira relatou que o IBAMA demonstrou uma boa vontade, mas também um desconhecimento em relação às questões relativas aos direitos humanos à realidade socioeconômica rural. Realçou também que não existe uma relação de onde aconteceu a falha e que o IBAMA conta com uma assessoria bastante precária. O IBAMA está preparando dois pareces relacionado ao cumprimento das condicionantes do Belo Monte e que ficara pronto até o dia 15 de dezembro. Falaram também sobre a reparação de danos. Em relação à Belo Monte, foi reforçada a recomendação ao Jardim Independente I, a questão da moradia e a necessidade do direito à moradia e as indenizações que não foram justas, não houve a garantia das famílias que sofreram deslocamentos forçados. Disse que infelizmente o IBAMA parece não conseguir enxergar todas essas dificuldades. O Conselheiro Darci Frigo complementou no relato que a questão da educação e saúde, a problemática do hospital não foi resolvida. A Prefeitura e o Estado ainda discutem quem vai administrar o hospital, a saúde em Altamira é precária e a questão do hospital ainda permanece aberta. A Presidente Ivana Farina registra que o Conselho pauta para a próxima reunião ordinária o relatório sobre o GT Mariana, Belo Monte II a serem apresentados no dia 8 de dezembro de 2016. A Conselheira Dirlene Marques está responsável pelo relatório de Belo Monte II. Sobre o próximo item de pauta, o Informe da participação do CNDH na Audiência Pública da Câmara dos Deputados sobre a Criminalização dos Movimentos Sociais, ocorrida no dia 9 de novembro de 2016, a Presidente Ivana Farina encarregou-se de realizar o informe, destacando a presença do Conselho na mesa da audiência. Ela ressaltou na audiência as denúncias recebidas contra a criminalização dos movimentos sociais e deu destaque ao caso do líder do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST, Sr. Valdir Misnerovicz. Destacou também os efeitos de tal criminalização a exemplo do caso Gracinha e exemplificou as dificuldades do Conselho em lidar com casos de criminalização quando a maioria dos casos está judicializada. Ressaltou também que o CNDH é mais um ator institucional em prol dos movimentos sociais. A Presidente também discursou sobre o caso das ocupações de escolas públicas e universidades federais e recomendou ao Ministério da Educação que não identificasse os manifestantes. A Presidente Ivana disse ainda que nessa audiência fez um retrato do contexto social e político não só da atuação do Conselho, mas também a situação atual do país. O Conselheiro Julian Vicente Rodrigues parabeniza a agilidade dos encaminhamentos das denúncias que o Conselho tem recebido. Também registra sobre o promotor de Sorocaba em suas declarações. O Conselheiro sugeriu uma reflexão para um próximo ponto de pauta de uma ação estruturante sobre a Criminalização dos Movimentos Sociais. Quanto ao item de pauta sobre o Informe sobre a participação do CNDH na Assembleia Extraodinária do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, a Conselheira Silvana Abrano que esteve recentemente no Ceará com a Conselheira Helena Martins e relataram a questão socioeducativa do Ceará. A Conselheira Silvana passou o relato para a Secretaria Executiva do Conselho. A Secretaria Executiva do CNDH, Renata Studart, fez o relato que a pauta da reunião era uma carta acordo que está sendo feita com a Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ para monitoramento e avaliação das unidades do Sistema Socioeducativo tanto o regime aberto, como o fechado, e também a discussão do documento para criar uma portaria de monitoramento do SINASE. Disse que a Conselheira Silvana apresentou um documento com alguns pontos que foram lidos em plenário. Uma das avaliações que foi relatada pela conselheira Silvana foi à falta das garantias de direitos, a preocupação das violações que não é condizente com a realidade dos internos. A Conselheira Silvana sugeriu dois

encaminhamentos: a participação do CNDH na reunião com o Governo do Estado e investir num curso a distância de capacitação em relação aos agentes de justiça. O Sr. Frederico Coutinho fez um informe da Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH sobre a realização de um concurso de sentenças e acórdão em Direitos Humanos dos últimos cinco anos em direitos humanos a serem enviados até dia 30/11/2016, com premiação prevista para o dia 14/12/2016. Solicitou aos Conselheiros e Conselheiras a divulgação e que indiquem sentenças. E o segundo informe foi sobre Pacto Universitário de Educação e Direitos Humanos é um acordo do Ministério da Justiça e Cidadania e Ministério da Educação sobre Educação em Direitos Humanos no ambiente universitário. O lançamento será na CAPES. A Presidente do Conselho informou que no dia anterior ocorreu a audiência no STJ com o Ministro Reinaldo sobre o IDC 10 sobre o caso Cabula, no contexto da morte da juventude negra no estado da Bahia. Foi uma audiência que tratou de uma abordagem com a parte processual e o contexto da morte da juventude negra. A Presidente pediu atenção de todos os Conselheiros para o caso do Estado do Rio Grande do Sul, que foi noticiado na semana, sobre os presos mantidos algemados em micro-onibus e lixeiras para aguardar vaga e registra que chegou do Conselho Estadual de Direitos Humanos a informação do caso do encarceramento de presos em containers no estado do Rio Grande do Sul e de que o processo de contratação dos containers está em andamento no Estado. O Presidente do Conselho de Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul, Paulo César Carbonari, pediu se o CNDH poderia pela mesa diretora fazer um pedido de urgência de uma reunião com o Governador do Estado. A Presidente do CNDH disse ao Leandro Scalabrin - MAB, que foi o interlocutor da denuncia, que entende que primeiramente pela ordem é preciso passar por alguns caminhos antes de pedido de providências ao caso, como o pedido de providências do Conselho do Estado ao Ministério Público Estadual e a Defensoria Pública do Estado. A Presidente informou que após o contado com Leandro ele ficou pendente de passar a deliberação da reunião do Conselho Estadual, que aconteceu no dia 16/11, na sua 24ª Reunião do Conselho Estadual de Direitos Humanos e que ficou deliberado que o Conselho apresentará um pedido de providência ao Governador com várias considerações. A presidente leu o pedido para o plenário e sugeriu dois encaminhamentos: um que seja imediatamente encaminhado para a comissão permanente para o acompanhamento do caso e a criação de um Grupo de Trabalho e o segundo é noticiar que o conselho recebeu essa informação do Conselho Estadual e ratificou o pedido. O Conselho Estadual deu um prazo de 30 dias para o Governador do Estado tomar providências quanto ao caso. A Presidente Ivana disse que o Presidente do Conselho Estadual, Sr. Carbonari, pediu para que o CNDH trate da questão com atenção e acompanhamento. Ficou deliberada a criação do GT pela comissão permanente. O plenário aprovou a solicitação de acompanhamento do CNDH. A respeito do próximo item de pauta sobre o Relato de atividades da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade, o Conselheiro Everaldo Patriota apresentou ao Conselho as 12 diretrizes para Seminário Sistema de Privação da Liberdade no Brasil para o inicio de 2017. O Conselheiro Patriota realizou a leitura das diretrizes em plenário para considerações do Conselho. O Conselheiro Adelar Cupsinski atentou para as condições dos indígenas em custódia do Estado. A Conselheira Madalena disse que seria interessante que entre as diretrizes que se falasse sobre deficiência intelectual, como os abrigos do Ceará. A Presidente Ivana Farina ressaltou a existência do Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator (PAILI) para os casos de infratores com deficiência e/ou doenças mentais. O texto com as diretrizes para o Seminário Privação da Liberdade foi aprovado no pleno. Sobre o próximo item de pauta sobre o Relato das atividades da Comissão Permanente dos Direitos dos Povos Indígenas, Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais, Populações Afetadas por Grandes Empreendimentos e dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Envolvidos em Conflitos Fundiários, O Coordenador Darci Frigo relata que a reunião contou com 10 pessoas

presentes. Tratou-se na reunião sobre um segundo bloco de temas da comissão como o da questão indígena com relatório da Região Sul e a questão Quilombola que foi debatida e aprofundada. Também foi encaminhado para efetivar o GT que já foi deliberado na reunião anterior, como também será realizada uma reunião por Skype para que o GT possa estruturar um plano de trabalho e iniciá-lo no começo do novo mandato. O Conselheiro registra a preocupação da comissão com a situação a política do orçamento para os quilombolas e indígenas com a PEC241 e agora 55 no Senado Federal e também CPI que foi recriada. Destacou que a leitura dos indígenas é de que essa CPI vai criminalizar os movimentos sociais. Disse que as recomendações do relatório da Região Sul terá que ser bem utilizadas para fazer esse enfrentamento. O conselheiro ficou de trazer mais informações detalhadas sobre a CPI para o plenário. Algumas deliberações da ultima reunião ainda estão em andamento como o caso de Quedas do Iguaçu. Registrou que Antônio Miranda é acusado de organização criminosa. O conselheiro informa que no dia seguinte (18/11/16) participará de uma Audiência Pública em Baixo Iguaçu, em Capanema – PR. O conselheiro Adelar Cupsinski registra a solicitação das comunidades indígenas para que o conselho envie o relatório da Região Sul impresso e com fotos. Ficou deliberada pela comissão a prioridade para o inicio do GT Quilombola. Ainda neste ponto, foi aprovada a 1ª Subcomissão dos Direitos Indígenas proposta pela Comissão Permanente que terá vigência de dois anos a partir da publicação da resolução. A Presidente Ivana Farina apresentou o resultado da eleição de organizações da sociedade civil de abrangência nacional para compor o CNDH no biênio 2017-2018, na qual foram eleitos titulares o Conselho Indigenista Missionário - CIMI, Plataforma Dhesca Brasil, Central Única dos Trabalhadores, Coletivo Brasil de Comunicação - INTERVOZES, Associação Brasileira de Gays Lésbicas Bissexuais e Transgêneros - ABGLT, Justiça Global, UNISOL Brasil, Conselho Federal de Psicologia e Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua. Como suplentes foram eleitos a União Brasileira de Mulheres, Movimento Nacional dos Direitos Humanos - MNDH, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, Movimento Nacional da População de Rua - MNPR, Coletivo ENEGRECER, ANAB, Rede Nacional dos Direitos Reprodutivos, CONECTAS e ANCED. O resultado será encaminhado a Secretária Especial dos Direitos Humanos, Flávia Piovesan, para posse. Em referência à Audiência do CNDH com a presidência do INCRA, a Presidente Ivana Farina informou que a Comissão dos Defensores fez o relatório Rondônia e após a conclusão eles solicitaram uma audiência com o INCRA. O Conselheiro Frigo e Conselheiro Carlos Magno estiveram nessa reunião. O Conselheiro Frigo relatou que todos os representantes que estavam presentes relataram ser ameaçados. Houve o encaminhamento da criação de dois grupos executivos do INCRA, sendo um jurídico e outro interinstitucional para acelerar os processos em conflitos fundiários. A diretoria do INCRA ficou de visitar Rondônia no prazo de 30 dias. Quanto ao informe sobre o sistema socioeducativo do Ceará, a representante do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente – CEDECA, Sra. Nadja fez o informe do caso ressaltando alguns levantamentos sobre o que foi feito e o que não foi em relação ao cumprimento das recomendações do CNDH. Ela constata que das 28 recomendações, 22 não foram cumpridas, 4 foram cumpridas parcialmente e 2 cumpridas totalmente. Ressaltou ainda que casos de tortura ainda são relatados pelos adolescentes além da militarização do sistema socioeducativo. Falou também sobre a precariedade do trabalho dos socioeducadores. Destacou a criação de uma corregedoria para averiguar os casos e também a situação do caso das famílias dos adolescentes. A avaliação do CEDECA foi que o sistema está num estado de completa barbárie e que os adolescentes estão numa situação de cárcere ao invés de uma medida socioeducativa, quando não estão sendo ministradas as aulas. Nadja pede ao Conselho que acompanhe o caso para que as recomendações sejam devidamente cumpridas, solicita alguma medida para legitimar a participação das famílias e da sociedade civil, e alerte a superintendência que tome uma postura diferenciada. A representante do CEDECA ainda destaca o envio do caso a Corte Interamericana de Direitos

Humanos da Organização dos Estados Americanos – OEA que em dezembro emitiu medidas cautelares ao governo brasileiro a serem passadas ao governo do Estado cearense. O Conselheiro Pedro Saldanha do Ministério das Relações Exteriores comunicou ao Conselho de uma reunião de trabalho a ser realizada no Panamá em dezembro sobre tais medidas cautelares. O Conselheiro Everaldo Patriota sugeriu o envio de um ofício ao Governador sobre a importância de se cumprir tais recomendações. A Conselheira Madalena destacou a repetição da abordagem do caso e que isso demonstra a fragilização do Estado e da sociedade civil cearense. A Sra. Nadja ainda ressaltou a questão da transparência institucional do sistema socioeducativo e que os insumos básicos estão sendo atendidos, porém a política socioeducativa encontra-se precária. Depois que o relatório foi aprovado e as recomendações, sem resposta, foi pedido mais uma audiência com o Governador do Estado do Ceará. A Presidente Ivana sugeriu que se mantenha como item de pauta, e fazer uma recomendação específica sobre o caso das famílias e da militarização do sistema socioeducativo de caráter urgente. Sobre o Caso MST – Operação Castra, a presidente Ivana Farina deu o contexto do envio de solicitação de informações as secretarias de segurança e aos Ministérios Públicos do Paraná, do Mato Grosso do Sul e São Paulo, e que o Conselho na reunião deveria referendar tais ações que foram recomendadas. O Conselheiro Julian parabeniza o Conselho pela rápida resposta ao caso e propõe que o tema continue na pauta, devido a este caso possuir um caráter emblemático. O Conselheiro Darci Frigo ressalta a necessidade de monitoramento e manifestação sobre o caso para a garantia dos movimentos sociais, no caso o MST. O Conselheiro Akira propõe solicitar informações de quem está conduzindo o caso e os promotores envolvidos. O Conselheiro Francisco sugere que o Conselho manifeste sua preocupação com o caso ao procurador-geral do Estado. O Conselho, então, referenda as ações e manifestações e dará segmento ao assunto quando as respostas às solicitações forem recebidas. Foi também apresentado um relatório de visita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura – MNPCT ao Mato Grosso do Sul, em que a perita convidada Luz Arinda fez a apresentação a pedido do Conselheiro Silvio Albuquerque. A perita Arinda agradece aos conselheiros e diz ter acompanhado o relatório do CNDH sobre o caso do Mato Grosso do Sul. Ela explanou sobre os mecanismos de visita do MNPCT, destacando reuniões com a sociedade civil, visitas não anunciadas e reuniões com o poder público. Houve o encaminhamento de 86 casos de tortura, demandas de saúde e revisão processual. Dentre as reuniões e visitas, Luz destacou a visita aos sistemas prisionais femininos e indígenas e detalhou as condições precárias encontradas. O MNPCT recomendou a esse sistema prisional do Mato Grosso do Sul que instituísse um comitê de combate à tortura, fim das revistas vexatórias das visitas, reforçar leis de garantia de direitos de mulheres grávidas e parturientes, e garantia de convivência familiar de crianças e adolescentes sob custódia. Foi deliberado que o relatório da visita será passado a Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Privação de Liberdade. A respeito do caso de morte de cinco jovens desaparecidos em Moji das Cruzes – SP, a Presidente Ivana Farina comentou que a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados indagou se o CNDH poderia acompanhar o caso. Assim, foi encaminhado imediatamente a Comissão Permanente de Direitos Humanos e Segurança Pública para análise e acompanhamento.

No segundo dia de reunião ordinária, a Presidente Ivana Farina abriu a reunião e deu segmento a pauta do dia, em que, inicialmente, se discutiu a aprovação de medidas urgentes propostas pelo Grupo de Trabalho sobre populações afetadas pelo rompimento das barragens da Mineradora Samarco na Bacia do Rio Doce-MG, em que o relatório foi feito pela Conselheira Maria Dirlene. A leitura foi feita pela Presidente Ivana Farina e após várias retificações e correções ortográficas foi aprovado para envio imediato (18/11/16) para Dirlene e ao gabinete do Governador de Minas Gerais. Houve também, como item de pauta, a apresentação e aprovação do relatório do Grupo de Trabalho sobre Violações de Direitos Humanos da População em Situação de Rua no Estado de São

Paulo. Os Conselheiros Vera Paiva, Leonildo Monteiro e Silvana Abramo informaram ao Conselho sobre a reunião que participaram no Estado de São Paulo, em 27 e 28 de junho de 2016, sobre a situação local da proteção de direitos humanos da população em situação de rua. Tal reunião contou com a presença de órgãos do Estado de São Paulo, do Ministério Público de São Paulo e de grupos de pessoas em situações de rua. O Conselheiro Leonildo destacou que é importante que o Estado de São Paulo faça a adesão da Política Nacional para Pessoas em Situação de Rua (Decreto 7.053/2009) e ainda destacou dois encaminhamentos do Governo de São Paulo: seminário para adesão a Política Nacional e criar comissão específica. Os Conselheiros, junto ao Relatório da Reunião, apresentaram recomendações que foram analisadas e aprovadas pelo Conselho. O Conselheiro Leonildo Monteiro recomendou que fosse realizado um senso no Estado de São Paulo com a finalidade de conhecer o perfil da população em situação de rua. Houve duas solicitações de Ofícios: solicitação de informações das ações do governo paulista e as que foram realizadas e outro ofício solicitando um relatório da Audiência Pública do dia 27 de junho de 2016. O texto com as recomendações do Grupo de Trabalho foi aprovado e enviado a Coordenação Geral para conhecimento e acompanhamento. Foi também enviado à Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH para conhecimento. Aconteceu na Reunião Ordinária a apresentação sobre a Comissão Nacional de Defesa dos Direitos Humanos – CNDDH que foi um encaminhamento da Comissão Permanente dos Direitos da População em Situação de Rua. O Sr. Carlos Ricardo, Coordenador-Geral dos Direitos da População de Rua da Secretaria Especial de Direitos Humanos apresentou o CNDDH destacando seus marcos normativos e principais características e funções. Deu destaque às violações mais preocupantes a população em situação de rua, em especial o caso de mulheres e homicídios. Destacou como uma das recomendações, o apoio ao Dia Nacional de Luta da População de Rua (PL 6025/2016). Foi lida a nota com as recomendações em pleno e foi deliberado que será enviada ao deputado Nilto Tatto - PT/SP, sendo uma pelo CNDH e outra pelo CNDDH. Quanto ao Sistema Socioeducativo do Estado do Pernambuco, a mesa diretora recebeu a solicitação de pauta. A Presidente Ivana recebeu o documento com as medidas urgentes e fez a leitura para o plenário. Houve a sugestão de encaminhamento da Presidente Ivana de formar um GT SINASE dentro da Comissão Permanente da Privação da Liberdade, em caráter emergencial para ir até o Estado de Pernambuco, nas cidades de Recife e Caruaru. O GT será formado pelo Conselheiro Everaldo Patriota, Conselheiro Julian Rodrigues e Dr. Eduardo Lima (CNJ). Ainda neste dia foi discutido sobre a segunda fase da Operação Sexto Mandamento que investiga grupos de extermínio no Estado de Goiás que foi solicitada como item de pauta pela Conselheira Diana Calazans. A Conselheira Diana compartilhou detalhes do trabalho da Divisão dos Direitos Humanos da Polícia Federal no caso e deu contexto da segunda fase da Operação. Destacou o ataque a Operação e o inquérito ter sido arquivado. A Conselheira também disponibilizou um pequeno áudio da Audiência com os Deputados de Goiás que também são policiais e o procurador da república. Diana ainda ressalta o comportamento do procurador e passou ao Conselho a recomendação de afastá-lo do caso. Destacou e convidou a presença do Conselho numa Audiência Publica no Senado sobre a Polícia Militar no Estado de Goiás. A DPU, o Conselheiro Leonildo e o Conselheiro Adelar acompanharão o caso. O Dr. Eduardo, substituto do Conselheiro Francisco Nóbrega da DPU, deu detalhes de sua atuação no caso. Os encaminhamentos foram: Dr. Eduardo fará contato com Dr. Badenis para articular uma possível atuação e fazer o levantamento na Secretaria Executiva do CDDPH o que foi expedida na época como recomendações no sentido de estrutura da Polícia Militar. Finalmente, houve um encaminhamento de urgência durante a Reunião Ordinária sobre a reunião do Paraná no caso do Baixo Iguaçu, onde o Conselheiro Darci Frigo estava representando o Conselho. A Presidente Ivana Farina fez a leitura do pedido de requerimento do Conselheiro Darci que foi lhe foi enviado, em que ele solicitou o envio de uma missão urgente e a manifestação do

Conselho às autoridades estaduais responsáveis pela emissão de licenças de instalação (Instituto Ambiental do Paraná – IAP e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente). O Conselheiro Darci, através do seu encaminhamento à Presidente Ivana Farina, pediu que acompanhamento do caso seja feito pelo Conselheiro João Akira, DPU, representantes de Direitos Humanos da região, IAP e órgão ambiental licenciador com o intuito de cobrar do IAP o cumprimento de condicionantes, órgão ambiental licenciador do cumprimento. Isso será realizado na forma de um ofício. O Conselheiro Akira deu mais detalhes do caso ao Conselho e destacou a semelhança do caso com o de Belo Monte. Ele então sugere aguardar o resultado do relato da reunião que está ocorrendo para efetuar a missão. Fica aprovado uma missão emergencial caso a necessidade seja confirmada, composta pelos Conselheiros Frigo e Akira, um representante estadual de Direitos Humanos e Dra. Rafaela da DPU.

A reunião foi finalizada com despedidas de alguns membros e agradecimentos.